



693

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Terceira Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento nº 302763-6 (Comarca de Cortês)

Agravante: Município de Cortês

Procurador: Ronildo Pereira da Silva

Agravado: Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos Municipais de Cortês e de Barra de Guabiraba

Advogado: Márcio Rocha Fagundes

Relator: Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Relator Designado: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. PROVENTOS DE APOSENTADORIA. PROFESSORES. SERVIDORES INATIVOS. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE SE DÁ PROVIMENTO POR MAIORIA. PREJUDICADO OS REGIMENTAIS INTERPOSTOS.

1- Decisão interlocutória que restabeleceu os valores dos benefícios de aposentadoria dos professores aposentados do município de Cortês.

2- Discussão sobre o parâmetro utilizado para concessão do benefício de aposentadoria.

3- O paradigma de comparação de quem aposentou com 100 horas/aulas não pode ser o mesmo paradigma de quem está na ativa e trabalha 180 horas/aula.

4- Análise das provas insuficiente para a antecipação de tutela sob pena de risco de dano inverso.

4 - Agravo de Instrumento conhecido e provido, por maioria de votos, para cassar a liminar concedida no 1º grau. Prejudicados os Regimentais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Agravo de Instrumento nº 302763-6**, em que figuram, como Agravante, **Município de Cortês**, e, como Agravado, Sindicato dos Servidores e Empregados públicos Municipais de Cortês e de Barra de Guabiraba.

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes, nesta sessão de julgamento, da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por maioria de votos, em **dar provimento** ao presente Agravo de Instrumento para cassar a liminar concedida no 1º grau, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 05 de setembro de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



681
K

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0302763-6

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE CORTÊS – PE

AGRAVADO: SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CORTÊS E DE BARRA DE GUABIRABA

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo *MUNICÍPIO DE CORTÊS – PE* em face de decisão interlocutória proferida nos autos do mandado de segurança coletivo, tombado sob o nº 0000132-20.2013.8.17.0530, na qual o Juízo de origem concedeu a liminar requestada para restabelecer os valores dos benefícios de aposentadoria dos professores do município supra a partir da impetração da ação.

Insurgindo-se contra o referido *decisum*, o recorrente interpôs o presente agravo de instrumento arguindo a impossibilidade de se aplicar a paridade para a hipótese de extensão aos inativos de majoração de vencimentos concedidos aos inativos em virtude de aumento de carga horária. Aduz que apenas sustou o ato de pagamento de valores pagos a maior do que a carga horária laborada, a cada servidor inativo.

Pede a antecipação dos efeitos da tutela recursal e, ao final, o provimento do recurso.

Na decisão interlocutória de fls. 605/606 foi negado o pedido liminar.

Contra a mencionada decisão fora interposto agravo regimental.

Devidamente intimada, a agravada não apresentou contrarrazões.

Encaminhados os autos à Procuradoria de Justiça, o inclito representante do Ministério Público opinou pelo improvimento do recurso.

Este é o breve relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 20/06/2013.


Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



686

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0302763-6

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE CORTÊS – PE

AGRAVADO: SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CORTÊS E DE BARRA DE GUABIRABA

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

Ementa: Agravo de instrumento contra decisão liminar que, em sede de mandado de segurança coletivo, determinou o restabelecimento dos antigos valores dos proventos de aposentadorias pagos a servidores inativos. Presença da fumaça do bom direito e do perigo da demora. Agravo de instrumento a que se nega provimento. Prejudicado o agravo regimental interposto.

VOTO

Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:

Antes de tudo, cumpre destacar que o presente agravo tem como escopo a reforma da decisão interlocutória que restabeleceu os valores dos benefícios de aposentadoria dos professores aposentados do município supra a partir da impetração da ação.

Nesse diapasão, para que haja possibilidade de o presente remédio recursal prosperar, é imprescindível que tenham deixado de ser atendidos, pela decisão recorrida, os requisitos essenciais para a concessão do provimento liminar em sede mandamental, quais sejam, a fumaça do bom direito e o perigo da demora.

A documentação juntada pelo agravante, em exame de cognição sumária, não comprovam suas alegações, despiando-as de plausibilidade jurídica.

Da análise dos documentos acostados às fls. 386/519, verifica-se um decesso nos valor dos proventos dos professores aposentados do município supra. Tomemos como exemplos as seguintes ex-servidoras:

1) **Maria Lúcia Araújo de Amorim (fls. 392/393):** redução dos proventos de aposentadoria de R\$ 2.249,03 (dois mil, duzentos e quarenta e nove reais e três centavos) para R\$ 1.249,46 (mil, duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos);

2) **Vilma Maria Ferreira Borba (fl. 396):** redução dos proventos de aposentadoria de R\$ 1.965,94 (mil, novecentos e sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) para R\$ 1.365,24 (mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e quatro).



687

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Está-se a ver, portanto, que, à primeira vista, não estamos diante de impossibilidade de se aplicar a paridade para a hipótese de extensão aos inativos de majoração de vencimentos concedidos aos inativos em virtude de aumento de carga horária, como alegou o recorrente, mas de violação ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, estampado no art. 194 da Carta de 1988, dotado de inegável fundamentalidade e corolário da Seguridade Social.

Prosseguindo, quanto ao requisito do perigo de lesão grave e de difícil reparação, este também não milita em favor do agravante. Vejamos.

No presente momento, não vislumbro prejuízos imediatos acaso não seja cassada a tutela de urgência liminarmente concedida pelo Juízo de Cortês, tendo em vista que apenas foram restabelecidos patamares remuneratórios anteriores à edição da Portaria Municipal 04/2013, que determinou a revisão dos proventos dos professores inativos.

Ao reverso, acaso restaurados os efeitos da portaria, graves prejuízos financeiros poderão advir aos professores pelo não-pagamento integral das suas aposentadorias, o que comprometerá, inclusive, suas necessidades diárias.

Como resultado da minha fundamentação, voto improvimento do recurso, mantendo-se a decisão objurgada em seus termos.

Recife,


Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator

2



688

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO (RELATOR)

Voto pelo improvimento do recurso, mantendo-se a decisão objurgada em seus termos. Minha decisão é essa, Senhor Presidente: direito fundamental, constitucional, irredutibilidade dos vencimentos.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

A minha posição é diversa. Não sei se o Desembargador Antenor Cardoso tem dúvida, se prefere que eu antecipe o voto ou se já tem posição firmada.

DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO (RELATOR)

Senhor Presidente, o que me preocupa é com relação à prova em Mandado de Segurança. Estou alegando aqui que a prova tem que ser pré-constituída, sólida e sem nenhuma dúvida.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Quando Vossa Excelência começou a votar, cogitei até em pedir vista, mas fui alinhavando os argumentos de Vossa Excelência, para chegar à conclusão que tenho posição diversa e não precisa pedir vista para fazer uma coisa que já tenho uma posição pessoal, firmada em relação a casos que tais.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

Já que há essa divergência, indago do Desembargador Jambo, pelo que entendi o Prefeito de Cortês reduziu os proventos de aposentadoria dos impetrantes, e o Juiz, em sede liminar, decidiu manter esses proventos de aposentadoria. Foi isso, Desembargador Jambo?

DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO (RELATOR)

Exatamente. É aquela questão que, em casos tais, sempre existe, se não fosse polêmica não estaria aqui, sempre exige uma argumentação que confunde a convicção dos magistrados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Então, como é uma questão preliminar, esse processo, não vai haver prejuízo nenhum. Não houve prova, para mandado de segurança, suficiente – estabilizou nesse ponto, podendo tomar outro rumo. É um argumento que polemiza, porém também não traz nada de claro.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

Por que o Prefeito reduziu os proventos de aposentadoria dos impetrantes?

DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO (RELATOR)

Porque essas Portarias sempre são lacônicas. Reduziu! Se Vossa Excelência quiser que eu leia a Portaria, não estou lembrado o que tem no texto. É complicado isso.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

Desembargador Luiz Carlos, já que Vossa Excelência tem uma posição divergente, Vossa Excelência pode me esclarecer por que o Prefeito reduziu os proventos de aposentadoria.

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)**

Posso sim, pelo menos tentar. Começando que o Mandado de Segurança, da preocupação da prova pré-constituída, o Mandado de Segurança foi impetrado pelos Agravados. Não é Mandado de Segurança do Município, é exatamente o contrário. O Mandado de Segurança originário de Cortês é dos Agravados.

Qual é o direito líquido e certo, translúcido, inquestionável que se diz?

Começou-se a pagar aos da ativa por 180 horas/aula. E o que se quer que os aposentados que já foram aposentados por 100 horas/aula, a pretexto da igualdade de vencimentos entre pensionistas e aqueles que estão em atividade.

A aposentadoria já existia por 100 horas/aula. O Município passou a pagar, portanto, as pessoas passaram a trabalhar mais para ganhar mais. E evidentemente que se eu trabalho 100 horas/aula, meu ganho é "x", se eu trabalho 180 horas/aula, meu trabalho é "x" mais o incremento da carga horária. Quem já estava aposentado, estava aposentado por 100 horas/aula, trabalhou por 100 horas/aula.



689

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Essa paridade, no caso concreto, *prima facie*, não é translúcida, já descaracteriza como Mandado de Segurança.

Dano irreparável e de difícil reparação – evidente! Natureza alimentar - se pagar, não volta mais. As pensões dos aposentados existiam. Se deixar de pagar a obrigação persiste para pagar, seja lá como for. E se pagar depois, não volta mais. Um abraço! Adeus!

A carga horária é diferente!

A jurisprudência do Supremo Tribunal sobre casos que tais, é de que a extensividade, quando há diferença de carga horária, vencimentos dos ativos ou inativos, quando há mudança de carga horária – é que isso é impossível! É o Supremo Tribunal no Agravo de Instrumento 560576, tirado no Agravo Regimental, a relatoria foi do Ministro Eros Grau, na Segunda Turma. Isso foi em 2006. E ele invoca Súmula do Supremo Tribunal, em que é uma interpretação distorcida dessa questão da paridade.

Quanto a não ter direito a regime jurídico igual, porque seria assim independente de aumentar para 100, 120 horas, 200 horas, haveria esse exame – é terrível!

Prejuízo para dano irreparável – sim! Trezentos e tantos mil reais/mês.

Ausência de direito a regime jurídico, isso eu nem vou querer argumentar mais, porque isso é o óbvio ululante

A possibilidade da própria Administração, porque isso foi fixado aos ex-gestores da Administração anterior. Quando o novo chegou, suspendeu. Isso nunca ocorreu, acho que é a primeira vez, que deixa – despesa certa para o que vem na frente.

A possibilidade, pelo Poder Público, pela autotutela, corrigir essas coisas, está na Súmula 346 do STF e na Súmula 473 do STJ. Então, fiz uma pesquisa e encontrei, dentro de vários votos, em casos análogos, um julgado que é lapidar, de uma profissional no STJ, que é a Ministra, Desembargadora do Tribunal de Justiça de Pernambuco, convocada, Alderita Ramos de Oliveira, na Sexta Turma, agora em agosto deste ano, demonstrando que está dentro do prazo, demonstrando que é possível à Administração essa autotutela, que é possível e que o paradigma da irredutibilidade de vencimentos não estão quebrados no caso concreto.

Então, o fato é que a sustentação da posição do Desembargador é a mesma, de uma certa forma, que foi dada pela Procuradoria. Admite que não tem direito líquido e certo, mas, ao mesmo tempo, diz que houve irredutibilidade de vencimentos.

P5



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Não houve, porque essa redução do valor se deu porque o parâmetro, o paradigma de comparação de quem aposentou com 100 horas/aula não pode ser o mesmo paradigma de quem está na ativa e trabalha 180 horas/aula.

Então, em singelas linhas, evidente, se for o caso, posso aprofundar, mas o meu argumento é no sentido de dar provimento ao Agravo de Instrumento do Poder Público, quer dizer, relevância, urgência, *fumus boni iuris* estão presentes. Se na cognição exauriente no Primeiro Grau, se chegar à conclusão diversa, a parte vai ter o seu direito garantido. E, se for o caso, já estar preservado para não causar dano à Administração Pública, porque é uma questão vultosa, principalmente para um Município de pequeno porte. E não há aparentemente nenhum elemento que justifique, pelo menos em sede mandamental, é exatamente o contrário, o risco do dano inverso é patente, que justifique a probabilidade de que o *Mandamus* seja acatado.

É assim que voto, antecipando.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

Agradeço, Desembargador Luiz Carlos, e pelo que deparei do voto do Relator e da divergência, estamos diante de uma Lei Municipal, que concedeu uma gratificação aos professores em atividade, pelo exercício ou pelo trabalho extra, e trata-se, portanto, de uma gratificação *propter laborem*, ou seja, em decorrência do trabalho, e, consoante o intuito do administrador público e o voto do eminente Desembargador, esta gratificação *propter laborem* não seria extensível aos profissionais em inatividade.

Então, segundo o voto divergente, não haveria, portanto, a aparência do bom direito, ou seja, não está suficientemente claro que essa gratificação se estenderia aos inativos, de forma a fazer incidir o art. 40, não me lembro mais qual o inciso, porque a memória já é falha, mas não haveria a extensão dessa vantagem aos inativos. E haveria também o perigo de demora com o julgamento da ação, em favor da Administração Pública, tendo em vista que se for paga essa verba aos inativos, não haverá possibilidade de repetição. E, a *contrario sensu*, não havendo o pagamento de imediato, em sede liminar, poderá depois esse pagamento ser feito, caso seja concedida a segurança.

Tendo em vista que se trata de um Juízo tão somente liminar e provisório e uma cognição não exauriente, peço vênias ao Relator e acompanho o voto divergente do eminente Desembargador Luiz Carlos, no sentido de dar provimento ao Agravo de Instrumento, para cassar a liminar. Isso, evidentemente não implicando nenhum pronunciamento de mérito, tendo em vista que o juiz, ao julgar o mérito da ação, poderá perfeitamente conceder a segurança se entender de forma diversa e tendo essa decisão de mérito mais força até do que esta decisão de cognição não exauriente.



690

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Então, é esse o meu voto, Senhor Presidente.

DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO (RELATOR)

Senhor Presidente, é bonito porque podemos, às vezes, refluir. E face à nossa responsabilidade de julgador, a lógica jurídica aponta para os discursos de Vossas Excelências. Contudo, como é uma Ação Mandamental, e literalmente a legislação exige a composição, o cotejo de provas pré-produzidas, como isso não aconteceu, e foi assim que entendi, agradeço os esclarecimentos, mas mantenho o meu voto.

É isso, Senhor Presidente.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

Desembargador Jambo, permita-me, mas a impetração é feita pelos aposentados. Então, não havendo prova, seria o caso de não dar a ... (interrompido).

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
(PRESIDENTE)

Pelo menos para liminar não, para antecipar a tutela não. Não é que não produziu prova, ele fez a prova dele. O Juízo vai aquilatar ao julgar o mérito do *Mandamus*. Mas, em sede de ele ter concedido a liminar, e nós em Agravo de Instrumento, acho que é insuficiente para concessão dessa liminar.

DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO (RELATOR)

Agradeço os esclarecimentos de Vossas Excelências, mantenho a minha decisão.

DECISÃO

"POR MAIORIA DE VOTOS FOI DADO PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA O FIM DE CASSAR A LIMINAR CONCEDIDA NO 1º GRAU NOS TERMOS DO VOTO DIVERGENTE PROSSEGUINDO NO MANDADO DE SEGURANÇA NO 1º GRAU. LAVRARÁ O ACÓRDÃO O DES. LUIZ CARLOS."

P7